



## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

### ATA DE REUNIÃO

#### **ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE GOVERNANÇA, RISCOS E CONTROLE – CGRC/MAPA, REALIZADA NO DIA 29 DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE**

Às 15h00 do dia 29 de setembro de 2020, horário de Brasília, reuniram-se os membros do Comitê de Governança, Riscos e Controle – CGRC/MAPA, por meio do aplicativo Microsoft Teams, para a 1ª Assembleia do exercício de 2020. Estavam presentes os membros titulares: Marcos Montes Cordeiro, Secretário Secretaria-Executiva (SE); Márcio Eli Almeida Leandro, Secretário-Executivo Adjunto da Secretaria-Executiva (SE); Paulo Márcio Mendonça Araújo, Chefe de Gabinete da Ministra (GM); Francisco Basílio Freitas de Souza, Assessor Especial (GM); Cláudio Torquato da Silva, Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno (AECI); Gustavo Pereira da Silva Filho, Diretor do Departamento de Governança e Gestão (DGG). Como membros suplentes, participaram: Pedro Alves Corrêa Neto, Secretário Adjunto da Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação (SDI), Wilson Vaz de Araújo, Diretor do Departamento de Crédito e Informação (SPA); Marcelo Moreira Neves, Secretário Adjunto da Secretaria de Aquicultura e Pesca (SAP); Ivan José Berardinelli, Diretor de Administração Substituto (DA); Como convidados(as): Mara Marlene Machado Papini, Chefe de Gabinete (SE); Ana Carolina Mazzer Machado, Coordenadora-Geral de Integridade (CGINT); George Nogueira, Ouvidoria (SE); Jefferson de Alcantara e Silva, Secretário-Executivo do CGRC; Ana Cristina Tomaz Batalha (Secretaria-Executiva *ad hoc* do CGRC); Helena Carvalho Frois (Secretaria-Executiva *ad hoc* do CGRC) e Kamila Gomes da Silva (Secretaria-Executiva *ad hoc* do CGRC). Estiveram ausentes os Senhores: José Guilherme Tollstadius Leal, Secretário de Defesa Agropecuária (SDA); Fernando Henrique Kohlmann Schwanke, Secretário de Agricultura Familiar e Cooperativismo (SAF); Orlando Leite Ribeiro, Secretário de Comércio e Relações Internacionais (SCRI); Luiz Antônio Nabhan Garcia, Secretário Especial de Assuntos Fundiários (SEAF); Lizane Soares Ferreira, Coordenadora-Geral de Apoio às Superintendências (CGAS). O encontro teve como objetivo a realização da 7ª Reunião Ordinária do CGRC/MAPA, a fim de deliberar sobre os assuntos da pauta: **1. ProBrasil; 2. Gestão de Riscos: Apresentação de informações sobre a execução do Plano de Gestão de Riscos - 2020; 3. Controle Interno: Comitê de Segurança da Informação, Auditoria de Contas e Conflito de interesse; e 4. Apresentação do relatório de demandas da Ouvidoria – 1º semestre de 2020.** O Presidente Substituto do CGRC, Senhor Márcio Eli Almeida Leandro, cumprimentou os presentes e passou a palavra ao Sr. Francisco Basílio Freitas de Souza, Assessor Especial (GM), para que este pudesse discorrer sobre o assunto ProBrasil. O Sr. Francisco Basílio explicou que as discussões a respeito do ProBrasil estão paralisadas desde meados de agosto, uma vez que a prioridade de recebimento de recursos passou a ser para o programa social decorrente da pandemia do coronavírus Covid-19, e que a informação do Palácio do Planalto é que esse e outros programas deverão aguardar o desfecho da questão atinente ao programa social que está ocorrendo, e que no futuro será publicado um decreto com as novas bases e novas regras para o ProBrasil. O Sr. Francisco Basílio informou ainda que havia outros dez projetos na lista, e citou que há, entre o Mapa e o Ministério do Desenvolvimento Regional, um projeto de cooperação técnica, que prossegue, em parte, em andamento. O Senhor Marcos Montes Cordeiro, Presidente do CGRC, expressou concordância com o Sr. Francisco Basílio, no sentido de que o andamento do ProBrasil terá que aguardar as definições futuras pelo Governo. Passou a palavra para o Sr. Jefferson de Alcantara e Silva, Secretário Executivo do CGRC, a fim de que esse falasse a respeito do tema gestão de riscos. O Sr. Jefferson iniciou informando que traria um *feedback* sobre as ações realizadas pela Coordenação-Geral de Gestão e Riscos em relação aos compromissos feitos desde a última reunião do CGRC. Logo após, realizou uma breve explicação sobre a estrutura de Gestão de Riscos do Mapa, descrevendo a participação dos integrantes do Comitê e seus respectivos papéis, e introduziu os temas que abordaria em sua participação, quais sejam: (i) Prazo de análise do processo nº (21000.060162/2020-19) para contribuições dos membros quanto a atualização do Regimento Interno do

CGRC e a Metodologia de Gestão de Riscos, (ii) Capacitação para Gestão de Riscos e (iii) Mapeamento de Riscos Organizacionais. A respeito do tema capacitação, ressaltou as ações que foram feitas de forma ampla quanto à Política de Gestão de Riscos e Controles Internos (PGRCI) para os servidores bem como divulgação dos conceitos de Gestão de Riscos na comunidade interna do Mapa com o formato mais amigável, utilizando o personagem “Riscardito” para este fim, por meio de comunicados periódicos produzidos pela Coordenação-Geral de Gestão e Riscos de forma autônoma. Foi realizado ainda o Webnar (4º Encontro Rede GIRC), evento ocorrido no dia 20 de agosto de 2020, e atualização da cartilha de Gestão de Riscos. No Mapeamento de Riscos Organizacionais, foi desenvolvido o mapeamento do processo de pagamento de serviço de mandatária junto à Caixa Econômica Federal, com 8 (oito) participantes no grupo de trabalho e envolvimento das unidades SAF, SDI, SAP, Assessoria Parlamentar (ASPAR) e Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças (CGOF/DGG/SE). Neste mapeamento foram identificados 13 (treze) riscos no processo, sendo 10 (dez) críticos e 3 (três) altos, todos inaceitáveis, dentro do mapa de riscos gerado. Foram feitas propostas de implementação de respostas para redução do risco, como designação formal do gestor do contrato e seu respectivo substituto, designação formal de fiscais de contrato e substitutos e a padronização de documentação e prazos de solicitação de financeiro, que deverá ser realizada em conjunto entre a ASPAR e as Secretarias finalísticas. Enfatizou ainda que o processo de gestão de riscos gera, além da reflexão, planos de ações que resultam em controles eficientes. A respeito do Plano de Gestão de Riscos 2020/2021 informou os processos de trabalho indicados e seus respectivos andamentos, identificando “Licitação e Contratos” como o processo de trabalho prioritário. Há ainda outros processos de mapeamento previstos junto à SDA, à SAF, ao Serviço Florestal Brasileiro (SFB), à SCRI e à SPA. Em relação ao processo de “Contratação de serviços terceirizados”, trouxe o cronograma para exemplificar a realização do mapeamento, que até o momento teve participação média de 66 (sessenta e seis) servidores do Brasil, com servidores da Sede em Brasília e das Superintendências Federais de Agricultura do Pará, Minas Gerais e São Paulo. Na sequência, listou os próximos passos nas atividades de gestão de risco, sendo: apoio aos mapeamentos de riscos espontâneos, cumprimento dos próximos passos do Plano de Gestão de Riscos - 2020/2021, divulgação da Metodologia de Gestão de Riscos e monitoramento global dos mapeamentos lançados no sistema Ágatha. Passou então a palavra para o Sr. Márcio Eli Almeida Leandro, Presidente Substituto do CGRC, que perguntou ao Sr. Jefferson de Alcântara e Silva se a provável implementação do teletrabalho em diversas áreas do Mapa - tendo em vista o crescimento dessa modalidade de trabalho no Ministério - pode apresentar algum risco para a segurança dos processos de trabalho. Ao que o Sr. Jefferson respondeu que pode ser realizado um mapeamento de riscos sobre a adoção do teletrabalho de forma mais ampla no Mapa, no caso de um pedido da Secretaria Executiva, porém, destacou a complexidade de se realizar devido a cada realidade ser única, e deve-se verificar a possibilidade de execução avaliando a necessidade e as particularidades de cada setor envolvido. Ademais, citou que neste caso é importante realizar uma reflexão sobre os impactos, especialmente financeiros, e cita ainda que o Dr. Cláudio Torquato da AECL pode agregar mais informações visto seu trabalho junto à CGU e o fato desta estar avançada em relação a normativos e dados sobre teletrabalho. O Sr. Marcelo Moreira Neves, Secretário Adjunto da SAP fez uma observação da importância da conciliação do teletrabalho com a interatividade entre as pessoas quando necessário. Na sequência, o Senhor Marcos Montes Cordeiro passou a palavra para o Sr. Cláudio Torquato da Silva, Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno (AECL), para este realizar a explanação dos assuntos de controle interno constantes da pauta, enfatizando que está havendo vazamentos de informações confidenciais do Ministério e que será necessária apuração destes fatos. O Sr. Cláudio Torquato iniciou a apresentação falando que o assunto de segurança da informação será abordado enfatizando um trabalho de prevenção, já em resposta à observação de vazamento de informação citada. No entanto, ocorreu um problema de transmissão no começo da sua apresentação e a palavra foi dada ao Sr. George Nogueira, Ouvidoria (SE), para apresentar o relatório de demanda de ouvidoria do 1º Semestre de 2020. Este iniciou descrevendo, no primeiro momento, o resumo do trabalho da Ouvidoria, que não é de apenas receber as demandas e repassar às áreas técnicas para que estas respondam, mas ter proatividade buscando transformar cada vez mais as manifestações individuais dos cidadãos em soluções coletivas, fazendo uso dos insumos que os usuários apresentam por meio de suas solicitações. Trouxe então uma compilação de dados do 1º semestre de 2020 que totalizou 3.380 (três mil e trezentos e oitenta) manifestações classificadas em 7 tipos, que já foram divulgadas ao Mapa. Ademais, explicou que as principais demandas oriundas da sociedade são classificadas em três grandes grupos: (i) serviço público prestado pelo Mapa, destacando que o principal alvo de manifestações refere-

se ao registro da emissão da carteira de pescador amador; (ii) questões de fiscalização; (iii) referentes ao agente público e (iv) manifestações encerradas por questões diversas. Na questão de fiscalização, as manifestações atuais concentram-se em questões atinentes a irregularidades de empresas e produtos que recebem o selo de inspeção federal. Destacou-se a recomendação trazida pelo Acórdão nº 2.302/2019/TCU, para utilizar as demandas dos cidadãos à Ouvidoria a fim de programar as fiscalizações/auditorias em estabelecimentos que se enquadram classificados no tipo de fiscalização periódica, não permanentes. Quanto aos agentes públicos, destacam-se manifestações a respeito da desídia no atendimento ao público, no qual o agente tem dificuldade em se colocar na condição de cidadão e exigir uma prestação de serviço adequada. Apresentou na sequência o Painel de Pedidos de Acesso à Informação – SIC, que recebeu ao todo 2.576 (dois mil quinhentos e setenta e seis) pedidos, todos atendidos, com tempo de resposta aproximado de 12,81 dias e ressalta a 8ª posição no ranking de repartições públicas federais. Enfatizou também o trabalho da Ouvidoria no monitoramento de dados abertos para utilização do cidadão, por meio da Política de Dados Abertos – PDA, a respeito da divulgação de informações públicas. Este documento está com a confecção atrasada, aguardando o envio de dados dos diversos setores do Mapa para serem consolidados e enviados para aprovação da Ministra, assim, solicitou que seja dada prioridade de comprometimento do envio dos dados pelos titulares responsáveis dos setores solicitados. Finalizando a apresentação, expõe a pesquisa de satisfação das demandas com 66% de resolutividade do Mapa e 72,40% de satisfação, muito acima da média de outras Ouvidorias em outros órgãos federais. O Sr. Marcelo Moreira Neves, Secretário Adjunto (SAP) pede a palavra e informa que estão sendo tomadas providências para a resolução das demandas recebidas pela ouvidoria sobre a solicitação e emissão das carteiras de pescador amador e que sabem das dificuldades apresentadas pelos solicitantes e que nos próximos meses ocorrerá melhoria no sistema para melhor atender aos pedidos realizados. O Sr. Márcio Eli Almeida Leandro e Mara Marlene Machado Papini (SE) reiteraram e elogiaram o trabalho da Ouvidoria, a transparência e comunicação com as unidades do Ministério a fim de responder a todas as solicitações de demanda dos cidadãos junto à Ouvidoria do Mapa. Após, passou-se a palavra ao Sr. Cláudio Torquato da Silva, que inicia sua fala a respeito da governança como busca de integridade, confiança e transparência das informações, e que a governança é inspirada na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e no Acórdão do Tribunal de Contas da União (TCU) de 2014, que redundou enfim, depois de uma grande discussão com o gabinete do Ministro Augusto Nardes, com o Decreto nº 9.203 que acabou sendo capitaneado de uma forma peculiar na administração pública pelo gabinete do próprio ministro do TCU, e que iniciou as comunicações mais próximas entre Brasil e OCDE, solicitando e lutando para ter assento no Conselho da OCDE, trabalhando na área de integridade em parceria com a Controladoria Geral da União (CGU) seguindo as diretrizes da OCDE. Relatou que há duas semanas foi lançado o guia de integridade da OCDE e a equipe de Integridade do Mapa foi convocada pelo Ministério da Economia (ME) e pela SCRI do Mapa para colocar o programa do Mapa, mas tinha que colocar uma pauta na língua inglesa. Informou ainda que, nesse ínterim, foi fornecido ao ME dados sobre a política de fomento sobre a pauta de integridade e respectivo programa, que é uma política de governança. Salientou ainda a importância do Comitê de Governança, Riscos e Controle – CGRC/MAPA e do funcionamento da estrutura de governança deste, posto que, a partir também do mapeamento de risco e por tudo o que a nova instância de governança engloba, o Mapa começará a ser auditado pelos controles criados por meio do mapeamento e pelo funcionamento das estruturas de governança e de integridade. Considerou que isso é um passo sem volta junto à CGU e que é necessário crer que a governança e a atuação do Comitê de Gestão, Riscos e Controle do Mapa será um Comitê decisório e de acompanhamento dos instrumentos de gestão dentro do Mapa. Informou que o Mapa foi uma das unidades selecionadas para a visita da OCDE por causa do seu avanço na pauta de integridade e que estão lançando o guia de apoio do mapeamento de riscos para a integridade, cujo tema é risco de fraude e corrupção, cujo documento já está no gabinete da ministra para ser aprovado. Informa que este é o primeiro guia com este propósito a ser lançado na Esplanada, construído com o apoio da CGU, e será apresentado à OCDE. Quanto aos riscos relacionados à tecnologia da informação, relata que os problemas na segurança da informação são grandes, e que existe no Mapa o Comitê de Segurança da informação, instituído pela Portaria MAPA nº 306/2019, que já teve 3 (três) reuniões ordinárias e que na próxima reunião estará presente o Diretor do Departamento de Segurança da Informação do GSI (Gabinete de Segurança Institucional da Presidência) para que ocorra a criação do grupo que cuidará da política de segurança da informação do Mapa. Informou que este ano entrou em vigor a LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) que especifica que a não proteção de dados

peçoais pode gerar multa, esclarecendo ainda sobre a necessidade de haver representantes da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (CGTI) para a implantação, e que haverá reunião na quinta-feira seguinte a presente reunião, a fim de possibilitar a participação de novos participantes e indicação de pessoas que tenham interesse na construção da política de segurança da informação no começo do próximo ano. Na sequência, foi abordado o tema do Relatório de Contas GGU – Mapa do Exercício de 2019. Há duas semanas a Ministra se pronunciou sobre as contas do Mapa, o parecer do controle interno que foi entregue ao TCU constava a quitação plena dos responsáveis, o que foi inesperado, e decorreu na parabenização dos envolvidos pela CGU, esta também elogiou aspectos de controles criados com destaques positivos à SDA e à SPA. Destacou o trabalho feito com a SAP em relação à gestão de uso de corpos d'água, e a apresentação da SAP junto à CGU e complementou dizendo que há melhorias a serem alcançadas. Em relação ao Instituto Nacional de Meteorologia – INMET/SDI, o Sr. Claudio Torquato ressaltou o termo de colaboração nº 01/2018 que possui um contrato grande e a necessidade deste ser readequado no quesito de economicidade, além de readequações atinentes ao fluxo entre a SEAF e INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) na definição de papéis fundiários entre eles. Relata que a Ministra solicita apresentação do resumo do Relatório de Gestão e de auditoria das contas e que será publicado de forma sucinta no sítio eletrônico do Mapa. Em relação às contas da Presidência da República, ainda não há quitação plena, mas está sendo feito um trabalho junto ao Departamento de Administração – DA para alcançar este fim, e há um conjunto de alertas para o Mapa e especialmente ao INCRA. Passou-se a palavra para Ana Carolina Mazzer Machado, Coordenadora Geral de Integridade (CGINT), que começa a sua apresentação falando da pauta vitoriosa em relação à criação da Secretaria Executiva da Comissão de Ética do Mapa, e a nomeação de servidora para compor a equipe da Coordenação de Integridade do Mapa, nomeação esta necessária para que a Comissão de Ética pudesse prosseguir com seus trabalhos. Apresentou os personagens “Éricka” e “Ernesto”, da campanha “Café com ética” que tem como propósito a comunicação interna de assuntos correlatos à integridade. Relatou também a publicação da Portaria MAPA nº 284/2020, que trata do fluxo de recebimento de bens perecíveis no âmbito do Mapa, bem como a publicação da Portaria MAPA nº 289/2020 que trata da criação do termo de compromisso para o exercício de atividade privada que é preenchido pelos agentes de fiscalização com anuência da chefia imediata para que seja analisada pela Comissão de ética do Mapa e CGU. Relatou ainda que nas próximas semanas ocorrerá o evento “Semana da Integridade” que abordará, dentre outros temas, conflito de interesses, assédio moral e sexual e contará com palestrantes externos. O senhor Cláudio Torquato (AECI) complementou destacando a importância da abordagem dos referidos temas e que também será tratada a questão do nepotismo, e exemplificou que na CGU há uma equipe que acompanha essas questões, que é uma área específica de transparência e prevenção à corrupção. Destacou ainda sobre a relevância de treinamentos futuros do Mapa estarem alinhados, para evitar quaisquer dissonâncias quanto ao tema de conflito de interesses. O Sr. Márcio Eli Almeida Leandro, Secretário-Executivo Adjunto (SE) falou sobre o relatório de contas de 2019, elogiando andamento do relatório e auditoria de contas que ocorreram devido ao bom trabalho do Controle Interno, que orientou os novos gestores na condução dos trabalhos. O Sr. Cláudio Torquato agradeceu os elogios pela confiança. O Sr. Márcio Eli Almeida Leandro sugeriu final de novembro para a próxima reunião. O Sr. Marcelo Moreira Neves (SAP) agradeceu o suporte da equipe da AECI nas orientações dadas à SAP. O Sr. Claudio Torquato enfatizou a importância da confiança para o tratamento de temas sensíveis e respectivas resoluções junto aos Secretários, em especial os gestores da SAP, SAF, SFB e DA/SE. Por fim, o Secretário-Executivo do CGRC agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião às 16h30.



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS MONTES CORDEIRO, Secretário Executivo**, em 09/02/2021, às 18:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcio Eli Almeida Leandro, Secretário Executivo - Adjunto**, em 09/02/2021, às 18:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento assinado eletronicamente por **GUSTAVO PEREIRA DA SILVA FILHO, Diretor de**



**Governança e Gestão**, em 10/02/2021, às 09:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º,§ 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.](#)



Documento assinado eletronicamente por **PEDRO ALVES CORREA NETO, Secretário(a) Adjunto**, em 10/02/2021, às 14:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º,§ 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.](#)



Documento assinado eletronicamente por **CLAUDIO TORQUATO DA SILVA, Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno**, em 11/02/2021, às 16:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º,§ 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.](#)



Documento assinado eletronicamente por **PAULO MARCIO MENDONCA ARAUJO, Chefe de Gabinete da Ministra**, em 11/02/2021, às 16:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º,§ 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.](#)



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO BASILIO FREITAS DE SOUZA, Assessor(a) do Gabinete do Ministro**, em 19/02/2021, às 15:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º,§ 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.](#)



Documento assinado eletronicamente por **IVAN JOSE BERARDINELLI, Diretor de Administração - Substituto**, em 22/02/2021, às 15:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º,§ 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.agro.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **13396810** e o código CRC **DCA1C564**.